

ATENDIMENTO E/OU ACESSO DE CRIANÇAS À EDUCAÇÃO INFANTIL DO/NO CAMPO: revisão integrativa

Paula Silva Resende Fernandes¹
Ramofly Bicalho dos Santos²
Bruno Cardoso de Menezes Bahia³
Anelise Monteiro do Nascimento⁴

RESUMO: O atendimento educacional às crianças que vivem no campo ainda é bastante precário, sobretudo no que se refere à etapa creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 6 anos). Com o objetivo de compreendermos o atendimento e/ou acesso das crianças do campo à Educação, propomos como metodologia de pesquisa uma revisão da literatura do tipo integrativa, a fim de identificar e selecionar os estudos relacionados à Educação Infantil do Campo no período de 2019 a 2023. Da amostra obtida, sabe-se que a pesquisa mais recente sobre a temática foi publicada em 2023 e apresenta um mapeamento dos artigos que se referem ao tema no período de 2008 a 2019. Para empreedermos à seleção dos trabalhos, consultamos as bases de dados *Scientific Eletronic Library Online*, a *Scopus*, o Portal de Periódicos da Capes e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando os seguintes descritores: “Educação do Campo”; “Educação Infantil” AND “Educação do Campo”; e “Educação Infantil do campo”. Os resultados apontam que a qualidade da infraestrutura da escola, o transporte, as condições climáticas, a alocação das crianças em salas multisseriadas, a falta de formação inicial e continuada dos professores, a falta de recursos financeiros são alguns dos vários fatores que dificultam o atendimento e/ou acesso das crianças à educação infantil do campo, bem como contribuem para o fechamento das escolas do campo. Apesar de constatarmos, por meio dessa revisão integrativa, a existência de alguns trabalhos que discutem a temática, percebemos que há uma limitação de pesquisas, sobretudo estudos que investiguem as condições concretas de oferta e acesso à educação infantil nas comunidades rurais.

¹ Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc/UFRRJ), Doutorado Interinstitucional (Dinter) – IF Goiano e UFRRJ. Docente da área de Linguística Aplicada, do quadro de pessoal permanente do Instituto Federal Goiano. E-mail: paulafernandes@ufrj.br. ORCID: 0000-0002-6080-5893.

² Doutor em Educação (UNICAMP), docente permanente do Instituto de Educação (IE) - Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade (DECAMPD) e Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc/UFRRJ), campus Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: ramofly@ufrj.br. ORCID: 0000-0003-0571-6481.

³ Doutor em Educação (UFRJ), docente permanente do Instituto de Educação (IE) - Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino (DTPE) e Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc/UFRRJ), campus Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: brunobahia@ufrj.br. ORCID: 0000-0002-8976-0035.

⁴ Pós-Doutora em Educação (UFF) e Doutora em Educação (PUC-Rio), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc/UFRRJ), campus Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: anelise.ufrj@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0003-4911-8301.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil do/no Campo; Educação Infantil; Educação do Campo.

ABSTRACT: Educational assistance for children living in the countryside is still quite precarious, especially when it comes to daycare (0 to 3 years old) and pre-school (4 to 6 years old). With the aim of understanding the care and/or access of rural children to Education, we propose as a research methodology an integrative literature review, in order to identify and select studies related to Rural Early Childhood Education in the period from 2019 to 2023. From the sample obtained, it is known that the most recent research on the topic was published in 2023 and presents a mapping of articles that refer to the topic from 2008 to 2019. To undertake the selection of works, we consulted the databases data from Scientific Electronic Library Online, Scopus, the Capes Journal Portal and the Capes Theses and Dissertations Catalog, using the following descriptors: “Field Education”; “Early Childhood Education” AND “Country Education”; and “Rural Early Childhood Education”. The results indicate that the quality of the school's infrastructure, transportation, climatic conditions, the allocation of children in multi-grade classrooms, the lack of initial and continuing training for teachers, the lack of financial resources are some of the various factors that make attendance difficult. and/or children's access to rural early childhood education, as well as contributing to the closure of rural schools. Although we verified, through this integrative review, the existence of some works that discuss the topic, we realized that there is a limitation of research, especially studies that investigate the concrete conditions of supply and access to early childhood education in rural communities.

KEYWORDS: Early Childhood Education in/in the Countryside; Child education; Rural Education.

RESUMEN: La asistencia educativa a los niños que viven en el campo sigue siendo bastante precaria, especialmente en lo que respecta a la guardería (de 0 a 3 años) y la educación preescolar (de 4 a 6 años). Con el objetivo de comprender la atención y/o acceso de la niñez rural a la Educación, proponemos como metodología de investigación una revisión integradora de la literatura, con el fin de identificar y seleccionar estudios relacionados con la Educación Infantil Rural en el período 2019 a 2023. De la muestra obtenida, se sabe que la investigación más reciente sobre el tema fue publicada en 2023 y presenta un mapeo de artículos que hacen referencia al tema de 2008 a 2019. Para realizar la selección de trabajos, se consultaron las bases de datos de Scientific Electronic Library Online, Scopus, el Portal de Revistas de la Capes y el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Capes, utilizando los siguientes descriptores: “Educación de Campo”; “Educación Infantil” Y “Educación del País”; y “Educación Infantil Rural”. Los resultados indican que la calidad de la infraestructura escolar, el transporte, las condiciones climáticas, la asignación de los niños en aulas multigrado, la falta de formación inicial y continua de los docentes, la falta de recursos económicos son algunos de los diversos factores que dificultan la asistencia dificultar y/o el acceso de los niños a la educación infantil rural, además de contribuir al cierre de escuelas rurales. Si bien verificamos, a través de esta revisión integradora, la existencia de algunos trabajos que discuten el tema, nos dimos cuenta de que existe una limitación de las investigaciones, especialmente de los estudios que investigan las condiciones concretas de oferta y acceso a la educación infantil en comunidades rurales.

PALABRAS CLAVE: Educación Infantil en/en el Campo; Educación Infantil; Educación Rural.

Introdução

A educação, que obviamente inclui a Educação Infantil, constitui um direito social fundamental para todas as crianças, independentemente de sua condição social, geográfica, econômica ou cultural. Esse direito foi conquistado a partir de uma longa luta do movimento político e social brasileiro, especialmente o movimento das mulheres, que culminou na aprovação da Constituição Federal de 1988, que definiu a Educação como dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração de todos.

Nesse contexto, Fernandes-Sobrinho (2024), no livro “Educação como Direito Fundamental Social no contexto brasileiro: abrangência e elementos normativos” realizou um sobrevoo por todas as constituições brasileiras, identificando e discutindo que nem todas as constituições do país adotaram a Educação como Direito Fundamental social, apesar de a Constituição Imperial de 1822 enfatizá-la como tal. Na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, o direito à educação foi suprimido. Em textos constitucionais seguintes, inclusive a Constituição brasileira atual, recuperaram esse direito fundamental de natureza social, o que contribuiu para a argumentação de que políticas públicas devem ser orientadas para garantir esse direito, especialmente à educação infantil em áreas rurais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, consolidou esse direito, estabelecendo que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e deve ser ofertada em creches (para bebês de 0 a 3 anos) e pré-escolas (para crianças de 4 a 5 anos).

O direito à Educação Infantil não é apenas um direito individual, mas também um direito social. Isso significa que ele é fundamental para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

De acordo com a LDB 9.394/96: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996, p. 11).

Por isso, é importante que o Estado garanta o acesso à Educação Infantil a todas as crianças, independentemente de sua condição social. No entanto, esse direito ainda não é garantido a todas as crianças, especialmente às que vivem em áreas rurais.

A escassez de oferta de Educação Infantil em áreas rurais reflete o antagonismo entre campo e cidade que marca a formação da sociedade brasileira. As populações rurais, historicamente, foram marginalizadas e invisibilizadas, e as crianças pequenas não são exceção (Coldart et al., 2002). Nesse sentido, estes autores discutem a educação no/do campo destacando a importância de uma educação que valorize a realidade camponesa, resistindo à hegemonia do conhecimento urbano e buscando afirmar e preservar a identidade camponesa.

A pequena oferta de vagas no campo reafirma essa invisibilidade. De acordo com dados do Censo Escolar de 2022, apenas 27% das crianças de 0 a 3 anos e 60% das crianças de 4 a 5 anos que vivem em áreas rurais estão matriculadas na Educação Infantil.

Essa desigualdade de acesso à Educação Infantil tem consequências graves para o desenvolvimento das crianças pequenas do campo. Elas têm menos oportunidades de brincar, aprender e se desenvolver como previsto na LDB 9.394/96.

De acordo com Benjamin (2002, p. 94) “as crianças não constituem nenhuma comunidade isolada, mas fazem parte do povo e da classe a que pertencem. Da mesma forma, os seus brinquedos não dão testemunho de uma vida autônoma e segregada, mas são um mudo diálogo de sinais entre a criança e o povo”, e Nascimento (2022). Os autores enfatizam que as crianças são integrantes ativas de suas comunidades e classes sociais, refletindo, por meio de seus brinquedos, uma comunicação tácita com a cultura de seu povo.

Desta forma, sublinha-se a importância de uma Educação Infantil do Campo (EIC) que reconheça e incorpore a cultura e as tradições locais. Isso implica em currículos que sejam reflexo das vivências, conhecimentos e experiências das crianças, assegurando uma educação que esteja em harmonia com seu ambiente e herança cultural.

Vale destacar que o conceito de ‘educação do campo’ (EC) surgiu no final da década de 80 em meio a reivindicações de movimentos sociais do campo, no contexto da luta por reforma agrária.

A educação no/do campo - “NO: o povo tem o direito de ser educado no local onde vive; DO: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculado a sua cultura e a suas necessidades humanas e sociais” (Coldart, 2002, p. 26) - é entendida como uma educação que privilegia a realidade camponesa.

Nesse sentido, ela não se submete à hierarquia do conhecimento urbano e a sua hegemonia nos livros didáticos, assenta-se sobre o território camponês, buscando apresentar a dicotomia campo-cidade, sob a perspectiva do campo, lutando pela afirmação e preservação da identidade camponesa.

A educação do campo, de acordo com Batista (2022), embora venha ganhando espaço no contexto das políticas públicas educacionais no Brasil, ainda enfrenta muitos desafios e não abrangem de fato todas as modalidades de ensino da Educação Básica, já que se considera o atendimento ainda precário, sobretudo no que se refere à etapa creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 6 anos).

Este trabalho apresenta uma revisão da literatura do tipo integrativa visando compreender a realidade do atendimento e/ou acesso das crianças do campo à Educação. É notório que as políticas públicas voltadas para a educação do campo não têm focado especificamente nas crianças pequenas e enfrentam diversos desafios para acessar a educação, como a distância das escolas, a falta de infraestrutura e a desigualdade de oportunidades, com apoio no texto "Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas" (Caldart et al., 2002), que discute a realidade das políticas públicas voltadas para a educação no campo, destacando os desafios enfrentados pelas comunidades rurais, incluindo a distância das escolas, a falta de infraestrutura adequada e a desigualdade de oportunidades educacionais.

Para alcançarmos o nosso objetivo, consultamos as bases de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO), a Scopus, o Portal de Periódicos da Capes e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no período de 2019 a 2023, para selecionarmos artigos, dissertações e teses que tenham como foco a (EIC).

Definimos o recorte temporal ao tomarmos como referência a publicação do artigo de Vieira e Silva (2023), que apresentou um mapeamento dos textos relacionados à Educação Infantil do/no Campo, identificados na base de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO), no período de 2008 a 2019 no Brasil, especificando os pesquisadores, suas áreas de atuação, além de discutir as principais temáticas encontradas nos artigos.

Para sistematizar os achados da revisão de literatura, este trabalho está organizado nesta introdução e em outras três seções. Na seção seguinte, apresentamos a metodologia utilizada no estudo e os procedimentos empregados nas consultas às bases de dados escolhidas para a seleção dos artigos, dissertações e teses referentes à EIC. Em seguida, discutimos e analisamos os resultados dos estudos relativos à realidade do atendimento e/ou

acesso às crianças do campo que frequentam a Educação Infantil. Por fim, delineamos algumas considerações.

1. Procedimentos Metodológicos

Realizamos, aqui, uma revisão integrativa, a qual apresenta, de acordo com Vosgerau e Romanowski (2014), uma visão interpretativa dos resultados encontrados por meio de pesquisa apurada em bancos de dados de periódicos.

Esses estudos [como a revisão integrativa] partem do princípio de que uma visão interpretativa das evidências seria mais adequada ao campo educacional, visto que os achados, os instrumentos de coletas e sujeitos participantes normalmente são variados, o que torna difícil a agregação ou contabilização de resultados. Dessa forma, os resultados qualitativos e as condições de aquisição desses resultados necessitam ser agrupados e reagrupados de forma interpretativa, por semelhanças, para que possam responder à questão central de pesquisa proposta. (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 179).

A revisão integrativa é baseada na interpretação dos resultados dos estudos selecionados. Isso significa que o pesquisador não apenas agrega ou contabiliza os resultados, mas também os analisa e interpreta de forma a responder à questão de pesquisa proposta.

Para buscarmos as publicações referentes ao acesso e/ou atendimento das crianças na Educação Infantil do/no campo no Brasil, optamos por consultar as bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Scopus, o Portal de Periódicos da Capes e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Quanto ao corte temporal, optamos por limitar a data de publicação a partir de 2019. Definimos esse corte mediante a publicação do artigo de Vieira e Silva (2023), que apresenta um mapeamento dos textos referentes à Educação Infantil do/no Campo, localizados na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), no período de 2008 a 2019 no Brasil.

Nesse sentido, para que a presente revisão apresentasse os estudos mais atuais sobre o tema, todas as buscas foram realizadas a partir de 2019, sendo excluídos os artigos, dissertações e teses já mencionados naquele estudo.

Durante a consulta às bases de dados, utilizamos três descritores a saber: “Educação do Campo”; “Educação Infantil” AND “Educação do Campo”; e “Educação Infantil do campo”. Acreditamos que esses descritores reflitam o tema alvo da presente revisão de maneira integral, já que o objetivo é a análise dos estudos realizados com relação à “educação infantil do/no campo”.

Ressaltamos que, em todas as bases de dados, os termos foram inseridos apenas em português, pois identificamos maior número de achados nessa língua durante uma busca inicial com os dois conjuntos de palavras-chave em português e inglês.

A primeira base de dados a ser consultada foi a SciELO.org. Nela, utilizamos o descritor “Educação do Campo” que nos forneceu um total de 137 resultados. Ao aplicarmos os filtros desejados, tais como: Ano de publicação (2019 a 2023), SciELO Áreas Temáticas (Ciências Humanas), WoS Áreas Temáticas (Education, Educational and Policy), Tipo de literatura (artigo), encontramos 39 artigos de diversas temáticas.

Em seguida, analisamos os artigos mediante a leitura do título, palavras-chaves e respectivos resumos, porém não identificamos nenhum artigo relacionado à Educação Infantil e, mais especificamente, ao nosso objeto de pesquisa.

Posteriormente, utilizamos o descritor “Educação Infantil” AND “Educação do campo” com os mesmos filtros aplicados anteriormente, que resultaram em apenas dois artigos, os quais foram descartados, por não se enquadrarem em nosso recorte temporal.

Ao restringimos ainda mais a nossa busca e utilizarmos o descritor “Educação Infantil do campo”, com a aplicação dos mesmos filtros anteriores, obtivemos seis artigos que focalizam a Educação Infantil. Desses, quatro artigos foram excluídos por possuírem como tema formação de professores, currículo, dermatite parasitária e vivências das crianças do campo, além de estarem fora do nosso recorte temporal.

O artigo de Silva e Luz (2017), “EDUCAÇÃO INFANTIL E FAMÍLIAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS: demandas e concepções em dois municípios do Brasil”, discute sobre o direito das crianças e famílias residentes em áreas rurais a essa etapa da educação básica, porém o artigo foi publicado em 2017, não atendendo ao nosso recorte temporal.

Já, o artigo de Benigno, Vasconcelos e Franco (2023) intitulado “EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO: docência em turmas multisseriadas no interior do Amazonas”, analisa a prática docente e, por esse motivo, também será excluído de nossa pesquisa. Dessa forma, não incluímos nenhum artigo encontrado na base de dados SciELO.org.

A segunda base de dados consultada foi a Scopus. Inicialmente, escolhemos pesquisar em “Article title, Abstract, Keywords” e utilizamos o descritor “Educação do Campo”, o que resultou em 58 documentos encontrados.

Refinamos a nossa pesquisa definindo o recorte temporal (2019 a 2023), Subject Area (Social Sciences, Arts and Humanities), Language (Portuguese) e Document Type (Article),

ATENDIMENTO E/OU ACESSO DE CRIANÇAS À EDUCAÇÃO

totalizando 28 artigos das mais variadas temáticas e etapas da educação básica, porém nenhum relacionado à Educação Infantil.

Seguindo o mesmo procedimento aplicado no parágrafo anterior, inserimos o descritor “Educação Infantil” AND “Educação do Campo” e alcançamos 22 resultados que, após a aplicação dos filtros, restringiram-se a 18 resultados.

Mediante a leitura atenta do título, palavras-chaves e resumos de cada um dos artigos, excluímos todos, por não se aproximarem do nosso objeto de pesquisa ou por estarem fora do recorte temporal estabelecido.

Com o último descritor “Educação Infantil do Campo” encontramos 11 artigos que, após a inserção dos filtros já mencionados, resultaram em apenas três artigos, os quais foram excluídos, por não se enquadrarem ao nosso estudo. Logo, a consulta à base de dados Scopus não obteve resultados satisfatórios.

No Portal de Periódicos da Capes, penúltima base de dados a ser consultada, ao inserirmos o descritor “Educação do Campo”, encontramos 3.343 resultados. Em seguida aplicamos os seguintes filtros: Data de Criação (2019 a 2023), Disponibilidade (Periódicos revisados por pares), Assunto (Educação do Campo, Education, Rural Education) e Idioma (Português), obtivemos 309 resultados.

Ao realizarmos a análise do título, palavras-chaves e leitura de cada um dos resumos, não encontramos nenhum com temática relacionada à etapa de Educação Infantil.

Com o segundo descritor “Educação Infantil” AND “Educação do Campo” obtivemos 77 resultados. Seguindo o mesmo procedimento utilizado na primeira consulta, encontramos quatro artigos que se referem à Educação Infantil.

Dois dos artigos encontrados foram descartados, um pela temática e outro pelo ano de publicação, restando apenas dois artigos que, por possuírem proximidade com a temática de nossa pesquisa, são apresentados no Quadro 1:

Quadro 1: Artigos identificados no Portal de Periódicos da Capes – descritor “Educação Infantil” AND “Educação do Campo”

Artigo 1: ENTRE A ESCOLA E O RIO: vivências e desafios da educação infantil ribeirinha
Ano de publicação: 2022
Tema: Oferta e demanda da Educação Infantil
Objetivo: produzir uma narrativa sobre os caminhos dos sujeitos e suas vivências diárias em um contexto de educação formal à beira do rio e os desafios diários da construção identitária da educação do campo, com suas características próprias que marcam a formação de crianças e professores.
Metodologia: Pesquisa participante

Resultados: As infâncias são compostas por experiências diferentes e demandam outras experiências geradas a partir das dinâmicas culturais específicas.
Artigo 2: O acesso à Educação Infantil do campo em Mutuípe – BA: direitos, conquistas e desafios.
Ano de publicação: 2020
Tema: Acesso à Educação Infantil no/do campo
Objetivo: Analisar como os sujeitos participantes do estudo compreendem o acesso à Educação Infantil no/do campo.
Metodologia: Entrevistas semiestruturadas
Resultados: O acesso à Educação Infantil no/do campo é insatisfatório e, infelizmente, há o desconhecimento sobre os direitos das crianças. Também, a estrutura física das escolas não é adequada para o atendimento às crianças, além da ausência de formação profissional para garantir o acesso qualitativo na Educação Infantil no/do campo.

Fonte 1: Elaborado pelos autores

O último descritor “Educação infantil do campo” apresentou-nos um total de 37 artigos que, após a inserção dos filtros, reduziram-se a 15 artigos. Desse total, descartamos dez artigos.

Um dos artigos foi excluído por ser repetido e estar mencionado no Quadro 1, outro por não se enquadrar em nosso recorte temporal e os demais por abordarem temáticas (prática docente, formação docente, estratégias de ensino, cultura lúdica) não relacionadas ao interesse da pesquisa. Os cinco artigos foram incluídos no Quadro 2 que se segue:

Quadro 1: Artigos identificados no Portal de Periódicos da Capes – descritor “Educação infantil do campo”

Artigo 1: A Educação Infantil do/no campo: um mapeamento dos estudos da temática
Ano de publicação: 2023
Tema: Educação Infantil do Campo (EIC)
Objetivo: Evidenciar os debates sobre a EIC produzidos pelos pesquisadores, no período de 2008 a 2019.
Metodologia: Revisão bibliográfica
Resultados: Ainda são poucos os avanços nas pesquisas sobre a Educação Infantil do/no Campo, pois a maioria das investigações pauta-se na Educação do Campo e nas abordagens relacionadas aos movimentos sociais, o que reforça a necessidade de estudos para que se possa entender a realidade das crianças moradoras do meio rural, especialmente por causa do fechamento de escolas e das consequências dessa ação.
Artigo 2: Educação infantil do campo: reflexões sobre o atendimento em contextos de assentamentos.
Ano de publicação: 2019
Tema: Atendimento na Educação Infantil em assentamentos.
Objetivo: Focaliza o atendimento às crianças em contexto de assentamentos, com destaque às articulações entre o movimento social organizado (MST) e o Poder Público para a garantia do direito à Educação Infantil do Campo em um Estado localizado na Região Sudeste do Brasil.
Metodologia: Referencial bakhtiniano

Resultados: Os resultados assinalam que a oferta da Educação Infantil do Campo representa uma conquista da comunidade, ainda que o atendimento se efetive por meio da configuração de salas anexas às escolas multisseriadas de Ensino Fundamental, evidenciando os desafios na concretização do direito à educação das crianças camponesas.
Artigo 3: Educação Infantil do Campo: trajetória das políticas educacionais e suas implicações no cotidiano das instituições escolares.
Ano de publicação: 2020
Tema: Implementação de Políticas Educacionais na Educação Infantil do Campo (EIC).
Objetivo: Compreender a realidade da EIC ao contextualizar o movimento das políticas públicas e reconhecer o ordenamento jurídico como um dos instrumentos viáveis de luta.
Metodologia: Análise bibliográfica e documental.
Resultados: Os resultados indicam que há avanços em direção ao cumprimento das normas estabelecidas no ordenamento jurídico nacional, mas que ainda há um fosso em direção ao alcance de uma EIC de qualidade respeitando as especificidades socioculturais, as necessidades formativas e educacionais das crianças.
Artigo 4: Realidade e desafios da educação infantil do campo na Amazônia Paraense.
Ano de publicação: 2019
Tema: Realidade e desafios da Educação Infantil do Campo (EIC) na Amazônia Paraense.
Objetivo: Produzir informações sobre o atendimento à EIC e dos Municípios Paraenses, com a perspectiva de fortalecer as lutas pela garantia do direito à educação nessa etapa escolar, conforme estabelece a legislação educacional do país.
Metodologia: Análise bibliográfica e documental.
Resultados: Os resultados indicam a urgência e necessidade de valorizar as crianças que vivem no campo e na cidade, no Estado do Pará, na Amazônia e no Brasil, e a implementação de políticas públicas é crucial para que isso se efetive, especialmente nos territórios rurais.
Artigo 5: Um retrato da Educação Infantil no/do Campo no Rio Grande do Sul.
Ano de publicação: 2019
Tema: Direitos essenciais ao atendimento de crianças na Educação Infantil do Campo (EIC).
Objetivo: Apresentar proposições legais e norteadoras da EIC e questionar a relevância das pesquisas para mudanças reais às crianças do campo brasileiras.
Metodologia: Análise bibliográfica e documental.
Resultados: Os resultados indicam que a escola no campo é fundamental para a socialização das crianças, sendo necessário, no entanto, um trabalho pedagógico articulado com as especificidades culturais do contexto em que está inserida.

Fonte 2: Elaborado pelos autores

A última base de dados a ser consultada foi o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Ao inserirmos no campo de busca o descritor “Educação do campo” encontramos 2.745 resultados.

Aplicamos, então, os filtros referentes ao recorte temporal (2019 a 2023), Grande Área do Conhecimento (Ciências Humanas), Área Conhecimento (Educação) e Área Avaliação (Educação), e alcançamos 558 resultados, sendo 312 dissertações de mestrado e 135 teses de doutorado.

Após o procedimento padrão de análise (título, palavras-chaves e leitura de resumos), selecionamos uma tese e 21 dissertações, as quais têm como objeto de pesquisa a Educação Infantil.

No que concerne à EIC, desse total, selecionamos a única tese encontrada e 11 das dissertações. Porém, a tese e seis das dissertações selecionadas abordavam temas diversos como a prática docente, o uso das TICs, protagonismo infantil, culturas infantis, entre outros, o que nos levou a excluí-las. Assim, as cinco dissertações restantes apresentam-se no Quadro 3 a seguir:

Quadro 2: Dissertações identificadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes – descritor “Educação do Campo”

Dissertação 1: A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO: o acesso e permanência de crianças de 4 e 5 anos em escolas rurais de Paracatu-MG
Ano de publicação: 2019
Tema: Acesso e permanência na EIC.
Objetivo: Investigar o acesso e a permanência de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola em escolas rurais do município de Paracatu-MG
Metodologia: Análise documental e entrevistas semiestruturadas.
Resultados: Constatou-se que as escolas no campo carecem de infraestrutura adequada para atendimento à Educação Infantil, uma vez que esta afeta a qualidade e interfere diretamente no acesso e, principalmente, na permanência da criança na escola, comprometendo a garantia do direito à educação assim como a valorização de uma educação de qualidade, fortalecendo o espaço e a vida no campo.
Dissertação 2: EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO: Políticas públicas e o direito das crianças.
Ano de publicação: 2019
Tema: Políticas públicas para a EIC.
Objetivo: Investigar a aplicabilidade e eficácia das políticas públicas para a EIC na perspectiva dos professores, considerando o direito a uma educação de qualidade no campo.
Metodologia: Entrevistas e observações.
Resultados: Os resultados indicam desigualdade na distribuição de recursos, fragilidade na estrutura física e necessidade de melhorias na formação de professores para atendimento desta modalidade.
Dissertação 3: A ORGANIZAÇÃO E A OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA AS CRIANÇAS CAMPONESAS NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTANA-PB
Ano de publicação: 2022

Tema: A organização e a oferta da Educação Infantil do e no campo no município de Barra de Santana, na Paraíba.
Objetivo: Compreender como se dá a organização e a oferta da EIC no município de Barra de Santana, dialogando com as dimensões de acesso, atendimento, condições de funcionamento e permanência, numa perspectiva de atendimento ao direito à educação previsto na legislação.
Metodologia: Pesquisa documental e pesquisa de campo.
Resultados: Os resultados indicam que as políticas educacionais para as crianças pequenas do campo apresentam uma tensão entre o que está previsto na legislação, o cenário de desigualdades e diversidades existentes no campo e a lentidão na sua efetividade pelos municípios, inclusive com a necessidade de um maior conhecimento dos gestores municipais e escolares sobre os marcos normativos da Educação Campo.
Dissertação 4: A DEMANDA POR EDUCAÇÃO INFANTIL DO/NO CAMPO: A perspectiva das famílias do assentamento Zé Marcolino, no Cariri Paraibano Campina Grande – PB 2019.
Ano de publicação: 2019
Tema: Direito à Educação Infantil.
Objetivo: Investigar as motivações apresentadas pelas famílias para demandar, ou não, escola e educação para seus filhos no assentamento pesquisado.
Metodologia: Estudo de caso.
Resultados: Os dados revelam que a experiência de Educação Infantil do/no Campo, bem como das outras etapas da Educação Básica, que se realiza na escola do assentamento estudado é garantida pela luta e consciência das famílias de que seus filhos têm direito à Educação e de que esta tem que ser realizada onde eles residem, porém elementos ligados a um jogo de poder político se evidenciou como sendo definidor das famílias do assentamento demandarem ou não a escola do mesmo para seus filhos (as).
Dissertação 5: EDUCAÇÃO INFANTIL DO E NO CAMPO: a oferta de Educação Infantil para crianças que residem em áreas rurais de um município do brejo paraibano
Ano de publicação: 2021
Tema: Oferta de Educação Infantil para as crianças residentes em áreas rurais de um município do brejo paraibano.
Objetivo: Compreender a organização do atendimento a EIC e sua relação com o direito à educação
Metodologia: Pesquisa de campo e documental.
Resultados: Os resultados indicam que existem, no município pesquisado, desafios a serem enfrentados, como o acesso, a qualidade e o reconhecimento das especificidades relativas à infância, às práticas pedagógicas e à cultura das crianças do campo. Pareceu, ainda, necessário avançar no plano concreto das políticas, planejamentos e práticas pedagógicas da Educação Infantil do Campo.

Fonte 3: Elaborado pelos autores

Seguindo o mesmo procedimento, inserimos o próximo descritor “Educação Infantil” AND “Educação do Campo” e encontramos 102 resultados. Ao refinarmos nossa pesquisa, aplicando os mesmos filtros utilizados na busca anterior, obtivemos 38 resultados, sendo todos de dissertações de mestrado, tanto acadêmico quanto profissional.

Examinamos títulos, palavras-chaves e resumos, identificamos 17 dissertações que tratavam da Educação Infantil, mas que foram excluídas, por abordarem temáticas diferentes dos objetivos da pesquisa, tais como: formação docente, práticas pedagógicas, políticas de gestão escolar, inclusão de crianças deficientes, campos de experiência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), racismo, dentre outras.

Outras 16 dissertações restringiam-se à EIC, porém analisavam temas distintos aos nossos interesses, sendo também descartadas. Logo, restaram-se as mesmas cinco dissertações que já constam no Quadro 3.

Partimos para a última consulta com o descritor “Educação infantil do campo” e obtivemos 89 resultados. Ao aplicarmos os filtros já predefinidos e os procedimentos de análise, identificamos 28 resultados, sendo 13 resultados relacionados à Educação Infantil, com discussões acerca de material didático, práticas pedagógicas, docência, BNCC, gestão democrática, financiamento da educação, entre outros, portanto excluídos.

Outros 12 resultados estão diretamente relacionados à EIC e discutem protagonismo de crianças negras, ambiência bioecológica, prática docente, uso das TICs, projetos educativos, currículo, culturas infantis e formação docente, mas distoam do nosso foco de pesquisa, também sendo excluídos.

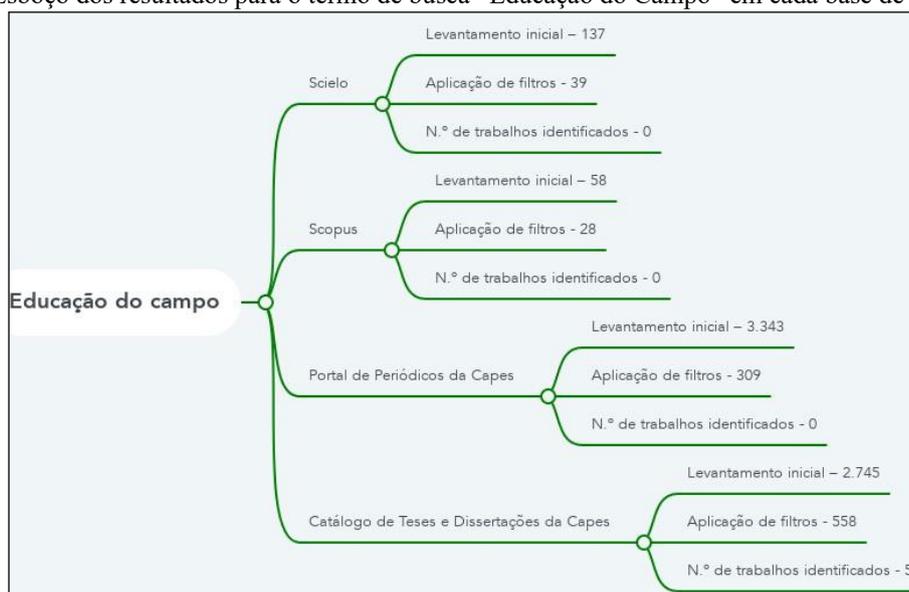
Os três resultados restantes, tratam-se de dissertações de mestrado ligadas a nossa temática de pesquisa e que já foram inseridas no Quadro 3.

Face ao exposto, ao término dessa revisão integrativa, após analisarmos e descartamos os trabalhos repetidos, selecionamos sete artigos e cinco dissertações de mestrado que estão diretamente ligados à EC e à EIC e inseridos no recorte temporal (2019 a 2023) previamente definido.

Em seguida, apresentamos três figuras que resumem as buscas realizadas para a seleção dos estudos:

ATENDIMENTO E/OU ACESSO DE CRIANÇAS À EDUCAÇÃO

Figura 1: Esboço dos resultados para o termo de busca “Educação do Campo” em cada base de dados



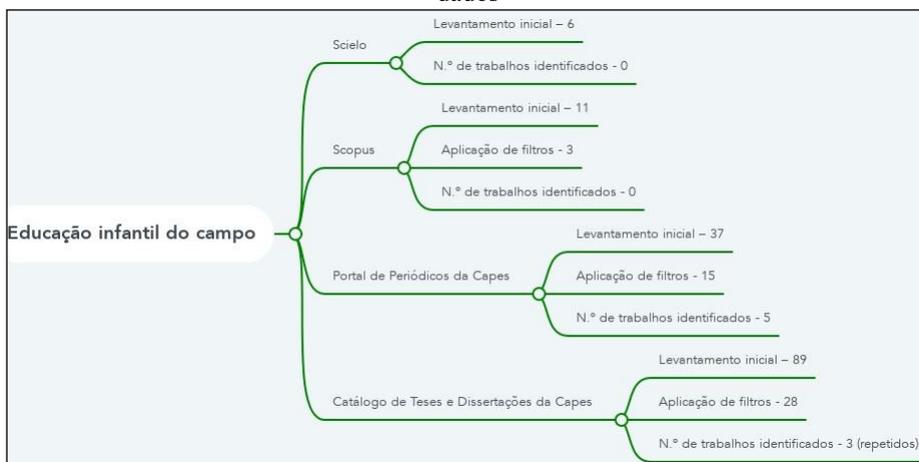
Fonte 4: Elaborado pelos autores

Figura 2: Esboço dos resultados para o termo de busca “Educação Infantil” AND “Educação do Campo” em cada base de dados



Fonte 5: Elaborado pelos autores

Figura 3: Esboço dos resultados para o termo de busca “Educação Infantil do Campo” em cada base de dados



Fonte 6: Elaborado pelos autores

2. Discussão e análise dos dados

Com base nos dados dos artigos e dissertações selecionados na seção anterior, observamos que as escolas construídas no campo possuem infraestrutura inadequada, prédios que não atendem às necessidades das crianças da Educação Infantil, o que dificulta a oferta de um atendimento de qualidade para essa etapa da educação básica.

Muitas dessas escolas também carecem de autorização para funcionarem nas comunidades, “além de não estarem aptas a acessar os programas educacionais e desenvolver ações pedagógicas sintonizadas com a diversidade sociocultural e territorial do campo” (Freitas; Reis; Hage, 2019, p. 18).

Outros fatores que interferem diretamente no acesso dessas crianças à Educação Infantil envolvem o transporte e as condições climáticas. Quanto ao transporte, faltam monitores habilitados e contratados na condução dessas crianças até as escolas, além da indisponibilidade de cinto de segurança compatível com a idade delas. Em relação às condições climáticas, as chuvas impedem a assiduidade dos alunos, uma vez que as estradas ficam intransitáveis por conta da lama, dos buracos e das pontes estragadas (Silveira, 2019).

Como forma de atender ao direito que as crianças têm de acesso à educação, devido às distâncias entre as comunidades e demanda das localidades, sobretudo ribeirinhas, Cordeiro e Jesus (2020) constataram que àquelas alocadas junto aos anos iniciais do Ensino Fundamental são deixadas à parte em muitas aulas, o que desagrade às famílias da comunidade, surgindo assim o grande desafio, de tratar o específico da EIC dentro dessa realidade.

Dentre os estudos analisados, muitos deles como o de Oliveira, Silva e Printes (2019), apontam que o atendimento das crianças é realizado em salas multisseriadas, desconsiderando as diversidades da EIC e as particularidades pedagógicas inerentes a cada etapa, uma vez que as necessidades das crianças pequenas, principalmente as menores de três anos, são diferentes das crianças do ensino fundamental.

Também, evidenciamos nas pesquisas a necessidade de formação continuada dos professores e a elaboração da Proposta Político-Pedagógica como elementos indispensáveis na busca por uma EIC de qualidade (Freitas; Reis; Hage, 2019).

Para garantir a educação de qualidade, é necessário que o Estado elabore e acompanhe políticas públicas que atendam às necessidades específicas de cada localidade. Essas políticas devem garantir:

- **Formação inicial e continuada de professores:** Os professores são os principais responsáveis pela educação das crianças e dos jovens. Por isso, é fundamental que eles recebam uma formação de qualidade, que os prepare para o exercício da profissão.
- **Melhores condições de trabalho:** Os professores devem ter condições adequadas para trabalhar, com salários dignos, carga horária reduzida e infraestrutura adequada.
- **Espaços físicos condizentes com as necessidades e realidades de cada localidade:** As escolas devem ter espaços físicos adequados para o ensino e a aprendizagem, que atendam às necessidades específicas de cada localidade.

A educação do campo deve ser pautada na valorização das experiências locais. Isso significa, segundo Uzêda e Barbosa (2020), que os materiais didáticos, os calendários e os projetos políticos pedagógicos devem ser direcionados às realidades específicas dos povos do campo, valorizando a diversidade cultural e as especificidades do contexto sociocultural da EIC.

Ao direcionar os materiais didáticos, os calendários e os projetos políticos pedagógicos às experiências locais, a educação do campo pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes e participativos, e para a preservação da cultura e da identidade dos povos do campo.

De acordo com Andrade (2022) é urgente que o discurso da insuficiência de recursos, uma das principais barreiras ao acesso e à permanência das crianças na EIC, ganhe força no cenário nacional. Esse discurso precisa ser usado para pressionar o governo a investir mais

na EC.

Embora haja uma legislação contundente sobre as crianças do campo, não há um conhecimento considerável por parte daqueles que são responsáveis pela condução da oferta de Educação Infantil, sobretudo para as crianças que residem na zona rural.

Sendo assim, o direito à Educação e, na realidade aqui enfatizada, a ausência desse direito, encontra-se atrelado à situação dos sujeitos do campo na relação com um contexto mais amplo, em que é preciso considerar vários aspectos (históricos, econômicos, sociais, culturais) que estão ligados à ausência deste direito em sua acepção mais plena (Silva, 2019).

É necessário que sejam tomadas medidas para garantir o acesso à educação de qualidade para todas as crianças, independentemente de sua origem social, cultural ou geográfica.

Outro dado importante revelado pela análise dos artigos e dissertações encontrados, é a predominância de mulheres pesquisadoras na área da EC, o que pode ser explicada por fatores como a forte presença das mulheres na EIC e a sensibilidade das mulheres para as questões de justiça social e equidade.

Contudo, ainda são poucos os pesquisadores e as pesquisas que se propõem a estudar a vertente da EIC, seja por falta de recursos financeiros para a realização de pesquisas sobre o tema ou mesmo pela falta de interesse dos pesquisadores em estudar a EIC.

Segundo Vieira e Silva (2023), faz-se necessário reconhecer o trabalho dos pioneiros nas pesquisas sobre a EIC. Esses pesquisadores contribuíram para a construção de um campo de conhecimento que reconhece a diversidade e a especificidade da infância rural.

Também, de acordo com as autoras, devemos destacar o trabalho dos grupos não institucionalizados que contribuem para a produção científica brasileira na área da EIC. Esses grupos, muitas vezes formados por professores, educadores e pesquisadores vinculados a movimentos sociais, produzem conhecimento a partir da prática e da experiência com as crianças do campo.

Pensar a infância e a EIC é um desafio complexo, mas necessário. Só com uma teorização sólida e comprometida com as realidades das crianças do campo é possível garantir que elas tenham acesso a uma educação de qualidade.

Considerações

A EIC é um tema urgente e pouco explorado. Apesar de ser um direito fundamental

de todas as crianças, as crianças do campo ainda enfrentam grandes desafios para ter acesso a uma educação de qualidade.

O fechamento de escolas no campo é um problema complexo, que tem causas diversas, como a falta de recursos financeiros, a falta de interesse dos governos e a discriminação contra as populações rurais.

É urgente que se investigue profundamente esse tema, para entender as causas do fechamento de escolas no campo e para propor soluções que garantam o acesso à educação para todas as crianças, independentemente de sua origem.

A invisibilidade das crianças do campo é um problema que precisa ser enfrentado. A falta de pesquisas sobre as crianças do campo dificulta o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas. Isso porque as políticas públicas são baseadas em dados e informações que, muitas vezes, não refletem a realidade das crianças do campo.

É preciso que as pesquisas científicas evidenciem as especificidades das crianças ribeirinhas, quilombolas, indígenas e assentadas da reforma agrária. Essas crianças vivem em contextos e lugares que são diferentes das crianças que vivem nas cidades. Elas têm culturas, valores e modos de vida próprios.

Os desafios para a concretização do direito das crianças à EIC são múltiplos. Entre eles, destacam-se:

- **Falta de infraestrutura:** muitas escolas do campo não possuem infraestrutura adequada para atender às necessidades das crianças, como salas de aula, banheiros e espaços adequados para atividades recreativas.
- **Falta de recursos humanos qualificados:** muitas escolas do campo não têm professores e educadores preparados para atender às especificidades das crianças do campo.
- **Falta de apoio governamental:** o governo brasileiro não investe o suficiente na EIC.

A luta pela EIC em assentamentos de reforma agrária é uma luta justa e necessária. É preciso que a sociedade se mobilize para garantir que todas as crianças que vivem no campo, independentemente de sua origem, tenham acesso a uma educação de qualidade (Vieira; Côco, 2019).

Considera-se que houve avanços no que diz respeito a implementação de políticas para a EC, porém ainda será necessário desenvolver ações que alcancem de maneira

direcionada as crianças dos territórios rurais considerando suas necessidades e especificidades.

O governo e a sociedade precisam se mobilizar e garantir o direito à EIC. Devem investir em infraestrutura, materiais didáticos e transporte para as escolas do campo bem como formar professores e educadores qualificados para atender às especificidades das crianças do campo.

Um dos principais desafios é manter a concepção de EIC como direito, conforme já citado anteriormente, e não como assistencialismo. Essa concepção foi conquistada na legislação brasileira, mas ainda é preciso que seja defendida e consolidada na prática.

A EIC é essencial para o desenvolvimento integral das crianças do campo. Ela contribui para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural das crianças. Além disso, a EIC contribui para a diminuição das desigualdades sociais, garantindo que todas as crianças, independentemente de sua origem, da condição social ou geográfica tenham acesso a uma educação de qualidade.

De acordo com o material da pesquisa apresentado, fica evidente que as desigualdades no acesso à educação, particularmente para as crianças do campo, não apenas refletem lacunas nas políticas públicas existentes, mas também destacam a urgência de abordagens educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade de contextos vividos por estas crianças.

O reconhecimento da educação como um direito fundamental, capaz de promover a igualdade de oportunidades e contribuir para o desenvolvimento humano pleno, é essencial para a realização de mudanças sociais significativas. Assim, enfatiza-se a necessidade de políticas educacionais inclusivas e equitativas que garantam às crianças do campo o acesso a uma educação de qualidade, capaz de capacitá-las a desenvolver plenamente seu potencial e participar ativamente na transformação de suas realidades.

Por meio da análise realizada nesta revisão integrativa, identificamos que, embora existam estudos que discutem a Educação Infantil em escolas rurais, identificamos carência significativa de pesquisas aprofundadas sobre o tema.

Entre as principais limitações observadas, destaca-se a escassez de investigações que contemplem as especificidades pedagógicas e curriculares da Educação Infantil no contexto do campo, além da falta de estudos longitudinais que acompanhem os impactos de longo prazo de tais práticas educativas nas trajetórias de vida das crianças.

Outra lacuna importante é a insuficiência de análises que explorem as percepções e

experiências das famílias rurais em relação à oferta e qualidade da educação infantil disponibilizada em suas comunidades.

Ainda, como aponta Andrade (2022), são necessárias pesquisas que possam evidenciar de que forma as conquistas que tivemos na legislação se efetivam nos territórios camponeses, sobretudo que investiguem as condições concretas de oferta e acesso à educação infantil nas comunidades rurais.

Nesse sentido, fazemos um apelo à comunidade acadêmica para aprofundar a investigação sobre a educação infantil no campo, com o objetivo de desvendar e atender às suas demandas específicas. A união de esforços em pesquisa pode iluminar caminhos para políticas públicas mais eficazes e práticas pedagógicas inovadoras que reconheçam a riqueza e a diversidade das experiências das crianças rurais.

Ao concentrarmos nossos estudos nas singularidades e potencialidades dessas comunidades, não apenas contribuímos para uma educação que respeita e valoriza suas identidades, mas também caminhamos em direção a uma sociedade mais justa, onde cada criança, independentemente de sua origem, tem a oportunidade de florescer e transformar seu futuro.

Referências

ANDRADE, L. G. **A organização e a oferta da educação infantil para as crianças camponesas no município de Barra de Santana – PB**. 2022. 164 f. Trabalho de Conclusão (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Campina Grande, PB, 2022.

BATISTA, I. F. L. **Educação infantil no campo: políticas públicas e o direito das crianças**. 2022. 136 f. Trabalho de Conclusão (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Educação. Universidade de Brasília, DF, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**, 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BENIGNO, B. L.; VASCONCELOS, S. M. O.; FRANCO, Z. G. E. Educação infantil do campo: docência em turmas multisseriadas no interior do Amazonas. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 43, n. 119, p.109-118, jan/abr. 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/mk8dKFHDSmkqTHHXPHWyJVt/>. Acesso em: 30 out. 2023.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

CALADART, R. S., et al. **Por uma educação do campo**: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional, 2002 (Coleção Por uma Educação do Campo).

CORDEIRO, K. de O. S.; JESUS, D. S. de. O acesso à educação infantil do campo em Mutuípe – BA: direitos, conquistas e desafios. **Revista Cocar**, v. 14, n. 28, p. 90-108, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3108>. Acesso em: 26 out. 2023.

FERNANDES-SOBRINHO, M. **Educação como direito fundamental social no contexto brasileiro**: abrangência e elementos normativos. Curitiba: CRV, 2024. 90 p.

FREITAS, M. N. M.; REIS, M. I. A. dos; HAGE, S. A. M. Realidade e desafios da educação infantil do campo na Amazônia Paraense. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 4, p. 768-789, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e54970>. Acesso em: 26 out. 2023.

_____. Um retrato da Educação Infantil no/do Campo no Rio Grande do Sul. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 4, p. 820-843, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e54170>. Acesso em: 26 out. 2023.

LEMOS, J. S. da S. **Educação infantil do e no campo: a oferta de Educação Infantil para crianças que residem em áreas rurais de um município do brejo paraibano**. 2021. 174 f. Trabalho de Conclusão (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Campina Grande, PB, 2021.

NASCIMENTO, A. M. do. Walter Benjamin: “childhood, a devastating experience”. **Childhood & Philosophy**, v. 18, p. 01-24, 2022. <https://doi.org/10.12957/childphilo.2022.67323>

OLIVEIRA, A. P. L. C. de; SILVA, I. R. da; PRINTES, J. S. Entre a escola e o rio: vivências e desafios da educação infantil ribeirinha. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 12, p. 01-25, e022009, 2022. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/issue/view/46> . Acesso em: 25 out. 2023.

SILVA, I. de O. e; LUZ, I. R. da. Educação infantil e famílias residentes em áreas rurais: demandas e concepções em dois municípios do Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 37, n. 103, p. 303-318, set.-dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3cjk9xd7weDTKMntVFgLfLN/#>. Acesso em: 30 out. 2023.

SILVA, T. M. D.; PASUCH, J. A Importância da Educação Infantil na constituição da

identidade das crianças como sujeitos do campo. In: BARBOSA, M. C. S. **Oferta e Demanda de Educação Infantil do Campo**. Porto Alegre: Evangraf. 2012.

SILVA, W. M. F. da. **A demanda por educação infantil do/no campo: a perspectiva das famílias do assentamento Zé Marcolino no Cariri Paraibano**. 2019. 109 f. Trabalho de Conclusão (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Campina Grande, PB, 2019.

SILVEIRA, G. A. de B. **A Educação infantil como direito: o acesso e permanência de crianças de 4 e 5 anos em escolas rurais de Paracatu-MG**. 2019. 167 f. Trabalho de Conclusão (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, GO, 2019.

UZÊDA, L. C. de O.; BARBOSA, E. P. Educação Infantil do Campo: trajetória das políticas educacionais e suas implicações no cotidiano das instituições escolares. **Revista Kiri-Kerê - Pesquisa em Ensino**, Dossiê n. 4, vol. 2, nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/31959>. Acesso em: 26 out. 2023.

VIEIRA, E. P.; SILVA, F. C. C. da. A Educação Infantil do/no campo: um mapeamento dos estudos da temática. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 41, n. 2, p. 01-22, abr./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/86626> . Acesso em: 25 out. 2023.

VIEIRA, M. A. F.; CÔCO, V. Educação infantil do campo: reflexões sobre o atendimento em contextos de assentamentos. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 4, p. 805-819, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e54697>. Acesso em: 25 out. 2023.

VOSGERAU, D. S., ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189130424009.pdf> . Acesso em: 26 out. 2023.